

Hayek: Epistemologia e Tensões na Tradição Austríaca

*José Manuel Moreira**

Resumo: O texto aborda a originalidade do pensamento de F. A. Hayek, diferenciando-o de outros defensores da economia de mercado e, também, de seu mentor, Ludwig von Mises. Um caminho que, metodológica e epistemologicamente, se cruza com Karl Popper, bem como com a proposta de Gabriel J. Zanotti para superar o impasse epistemológico da Escola Austríaca. Defende que só a conjugação das perspectivas teórica e histórica – ao não separar inovação de tradição – nos permitirá redescobrir as bases hermenêuticas da corrente que, em tempos de crise, terá ainda mais condições para nos fazer “ver” que a história única da teoria austríaca obriga à reintegração dos dois grandes ramos desavindos: o misesiano e o hayekiano.

Palavras-chave: Tradição, Evolução, Razão, Intuição, Hermenêutica, Fenomenologia, Individualismo, Ação Humana, Ordem Espontânea.

Hayek: Epistemology and Tensions in Austrian Economics

Abstract: The text addresses to the originality of F. A. Hayek’s thought, differentiating him from other market economy advocates and also from his mentor, Ludwig von Mises. A path that methodologically and epistemologically intersects with Karl Popper, as well as with Gabriel J. Zanotti’s proposal to overcome the epistemological impasse widespread in the Austrian School. Defending that only a combination of theoretical and historical perspectives – while does not separate the innovation and tradition – will allow us to rediscover the hermeneutic foundations of a school that in times of crisis will have further conditions to make us “see” that the unified history of Austrian theory requires the reintegration in a common body of its estranged two major branches: the Misesian and the Hayekian.

Keywords: Tradition, Evolution, Reason, Intuition, Hermeneutics, Phenomenology, Individualism, Human Action, Spontaneous Order.

Classificação JEL: B25, B41, B53, O43, P41, D83

* **José Manuel Moreira** é Professor Catedrático de “Ciências Sociais e Políticas” da Universidade de Aveiro. Cursou o doutorado em Filosofia na Universidad Pontificia Comilla na Espanha e em Economia na Universidade do Porto. É membro da Mont Pelerin Society, da International Network for Economic Method, da European Business Ethics Network, da Asociación Española de Ética de la Economía e de las Organizaciones, do Conselho Acadêmico do Centro Interdisciplinar de Ética e Economia Personalista (CIEEP) e do Conselho Editorial do periódico *MISES: Revista Interdisciplinar de Filosofia, Direito e Economia*. É autor de inúmeros artigos e diversos livros, dentre eles as obras *Hayek e a História da Escola Austríaca da Economia* (Afrontamento, 1994), *Filosofia e metodologia da economia em F. A. Hayek* (Universidade do Porto, Porto, 1994), *Ética, Economia e Política* (Lello & Irmão, 1996), *O que é a Escolha Pública? Para uma análise económica da política* (Principia, 2004) e *The Salamanca School* (Continuum, 2010).

E-mail: jmoreira@ua.pt

O argumento que justifica a liberdade, ao menos a sua principal componente, reside de fato na nossa ignorância e não no nosso conhecimento.

F. A. Hayek

Em 1936, F. A. Hayek (1899-1992) apresentou no “London Economic Club” um texto intitulado *Economic and Knowledge* [Economia e Conhecimento] que publicou no ano seguinte em *Economica*. Um ensaio que considerou como a sua “contribuição mais original, o “acontecimento decisivo” da sua “biografia intelectual”. Trata-se de uma “análise dos erros metodológicos da economia”¹.

Como diz Hayek: devemos ocupar-nos de um problema de divisão do conhecimento, que é análogo ao da divisão do trabalho, e de uma importância pelo menos igual. Mas ao contrário deste último, que representou sempre um dos principais temas da investigação, desde os inícios da nossa ciência, a divisão do conhecimento tem sido completamente descuidada. Apesar disso, penso que é o problema realmente central da economia como ciência social².

As considerações acima, feitas por Lorenzo Infantino, dão boa conta do lugar e importância fundamental desta ideia de dispersão do conhecimento por contraste com a teoria do equilíbrio geral e a sua hipótese de mercado perfeito: que todos os membros da coletividade, ainda que não sejam omniscientes em sentido estrito, conhecem pelo menos o que é relevante para harmonizar as suas decisões. Teoria que pressupõe uma situação de equilíbrio, em termos de “lógica pura”, em vez de procurar explicar como se dá a articulação real do processo de mercado.

Problema que para Hayek não se resolve supondo que todos sabemos tudo, nem muito menos, como numa economia planificada, em que alguns sabem tudo. Daí a sua denúncia

¹ HAYEK, F. A. *Hayek sobre Hayek*. Madrid: Unión Editorial, 1997. Obras Completas de F. A. Hayek, Vol. I, p. 79.

² INFANTINO, Lorenzo. Prólogo a la edición española. In: HAYEK, F. A. *Estudios de Filosofía, Política y Economía*. Madrid: Unión Editorial, 2007. p. 20.

da “arrogância fatal”: que implica a reconsideração dos limites da razão humana e o regresso à confiança numa ordem espontânea incentivadora da colaboração voluntária entre homens livres para criar coisas que são maiores do que as mentes individuais jamais teriam podido compreender.

Uma nova abordagem da ciência econômica que levanta cruciais problemas metodológicos e epistemológicos, e também de cariz ainda mais propriamente filosófico, que não poderão ser aqui de todo aprofundados, mas tão-só sinalizados. É o que tentaremos fazer num breve acompanhamento da aventura intelectual de Hayek, da sua luta pela liberdade e pelo verdadeiro individualismo (*versus* falso individualismo). Procurando dar conta da originalidade do seu pensamento e explicitar o que o separa de pensadores contra os quais lutou ou simplesmente não se identifica totalmente.

Para tal, depois de situar Hayek em relação ao (in)esperado colapso da economia planificada, avançaremos para o que o diferencia de outros defensores da economia de mercado e também do pensamento do seu mentor: Ludwig von Mises (1881-1973).

Um caminho onde, ao dar mais atenção aos aspectos metodológicos e epistemológicos, nos cruzaremos com Karl Popper (1902-1994), para melhor se perceber por que, em Hayek, o papel da razão é inseparável do conceito de ordem espontânea e da sabedoria “contida” na Tradição. Seguir-se-ão considerações sobre a corajosa proposta de Gabriel Zanotti para superar os conflitos que grassam na Escola Austríaca.

Terminaremos com dois pontos – “Racionalismo hayekiano e reabilitação da tradição” e “Processos de descoberta e dinâmica civilizacional” – que são de ilustração da ideia de que só uma rigorosa conjugação das perspectivas teórica e histórica permitirá redescobrir as bases hermenêuticas de uma Escola que se deverá constituir como fonte inspiradora para a reintegração no corpo comum dos seus dois grandes ramos desavindos: o misesiano e o hayekiano. Ramos de uma Escola de

que cada vez mais se precisa para dar sentido e humanidade a um mundo carente do restabelecimento e fortalecimento dos laços que unem o passado e o futuro. Um desafio onde a marca austríaca – que torna inteligível os fios que nos unem e distinguem no comum e no singular – não pode deixar de estar presente como esperança e sinal de futuro.

I - O COLAPSO DO COMUNISMO E HAYEK

À famosa pergunta, “*Pode o capitalismo sobreviver?*”, que aparece no seu *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, Joseph Schumpeter (1883-1950) respondeu em 1942: “*Não, não creio que possa*”³. Uma resposta que por certo traduzia o estado de espírito do tempo e a verdade partilhada por gerações de pensadores de vários quadrantes. Uma verdade que seria desmentida quase meio século depois, quando, com a queda do muro de Berlim, o fracasso da ideologia da planificação centralizada e o colapso dos regimes de leste se tornaram manifestos. Acontecimentos que mereceram reflexão a muitos e distintos economistas críticos do capitalismo, como foi o caso do insuspeito Robert Heilbroner (1919-2005):

O renascimento do liberalismo nessa parte do mundo é em grande medida, se não completamente, um renascimento do capitalismo, um renascimento de que só um sistema de mercado pode proporcionar o nível de bem-estar que a civilização moderna precisa. Ainda que tal ainda não seja completamente compreendido, apesar de aceite em grande medida.

Indo ao ponto de considerar que a história recente nos “obrigou a reconsiderar o significado do socialismo”. Dizendo até que o entendimento do socialismo/comunismo como visão semi-religiosa de uma humanidade em transformação recebeu golpes devastadores ao longo do século XX. E que, como

modelo para uma sociedade planificada, está em fase de liquidação.

Testemunhos que servem a Peter G. Klein para, na abertura da sua “*Introducción*” a uma obra de Hayek, os contrastar com a quase ausência de surpresa face ao colapso do modelo socialista por parte de economistas da Escola Austríaca. E, em especial, de Hayek, que tem um conceito de mercado bastante diferente do dos seus contemporâneos: quer dos que se opõem ao capitalismo, quer dos que o defendem. O que nos conduz ao confronto entre duas formas de olhar para o “problema econômico”. Uma, como afetação de recursos escassos para satisfazer procuras potencialmente ilimitadas e concorrentes entre si e, por isso, carente de um observador externo (no limite, um planeador central). E outra, como problema de coordenação entre uma infinidade de decisões de pessoas que atuam num universo de conhecimentos dispersos e não explícitos. Daí que para Klein:

O objeto da ciência econômica seja explicar a continuidade de fenômenos tais como preços, produção, dinheiro, juros, ciclos econômicos, e até o direito e a língua, quando tais fenômenos não se produzem por desejo deliberado de um qualquer agente. Só considerando a ordem social nesta perspectiva podemos esperar conhecer como funcionam os mercados e por que os esforços para construir sociedades sem mercado estão destinados ao fracasso⁴.

Um contraste entre visões opostas da ciência econômica que alimentou o debate sobre a possibilidade de cálculo econômico num sistema socialista, realizado primeiro por Ludwig von Mises, na década de 1920, e depois prosseguido por Hayek. Abrindo-se assim caminho, apesar da dureza do debate e das dificuldades da época, à consolidação do conceito moderno de mercado como um processo de aprendizagem e descoberta “versus” um estado de equilíbrio. Debate que, como bem salienta Jesús Huerta de Soto, depois de

³ SCUMPETER, Joseph A. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

⁴ KLEIN, Peter G. Reflections after Comunism. *The New Yorker*, 10. IX.1990, p. 91-100.

ter sido dado como resolvido pelos defensores dos modelos de “socialismo de mercado”, passou a pender para o lado de Mises e Hayek.

Prova cabal disso seria a confissão do prestigiado economista e também historiador do pensamento econômico, Mark Blaug (1927-2011): “*de forma lenta e extremamente relutante apercebi-me de que eles (os teóricos da Escola Austríaca) têm razão e de que todos nós estávamos enganados*”. Acrescentado ainda a sua avaliação, a respeito da aplicação do paradigma neoclássico para justificar a possibilidade de cálculo econômico socialista: é algo “*tão ingênuo do ponto de vista administrativo que até faz rir. Só quem estava completamente inebriado com o modelo de equilíbrio estático perfeitamente competitivo pode ter acreditado em semelhante dislate. Eu próprio fui um dos crentes nos meus tempos de estudante nos anos 50 e agora não consigo senão espantar-me com a minha falta de perspicácia*”⁵.

Afirmações que Huerta de Soto toma como reconhecimento de que só adotando a concepção dinâmica do mercado e do processo empresarial, traço distintivo da Escola Austríaca, é possível perceber os erros socialistas. O que implicaria uma nova visão do mundo da ciência econômica, capaz de revolucionar os seus fundamentos e de a tornar mais rica, frutífera e humana. É essa visão emergente que vamos procurar clarificar, a partir da evolução do pensamento de Hayek.

II - RAZÕES PARA O RENOVADO INTERESSE POR HAYEK

Podemos dizer que quando, em 1974, Hayek recebeu o Nobel da Economia a Escola Austríaca estava em estado letárgico, apesar de anos antes terem sido publicadas duas importantes obras por dois jovens que tinham estudado com Mises na Universidade de New York: *Man, Economy and State* (1962), por Mur-

ray Rothbard (1926-1995), e *Competition and Entrepreneurship* (1973), por Israel Kirzner.

O próprio Hayek, a partir da década de 1950, talvez desiludido com a ampla aceitação de duas obras que se tornaram de referência – *Fundamentos da Análise Econômica* (1949), de Paul Samuelson (1915-2009), que afirmava que a Física era a ciência que a Economia deveria imitar; e o ensaio sobre *Economia Positiva* (1953) de Milton Friedman (1912-2006) –, acabou por se afastar da teoria econômica para se dedicar à Psicologia, à Filosofia e à Ciência Política.

Mas temos que reconhecer que o prestígio do Nobel acabou por fazer ressurgir o interesse pela tradição austríaca, que, na verdade, sempre se dispôs a ir além da economia. Assim, nos anos seguintes assistiu-se ao renascimento da Escola, apontando-se a Conferência em South Royalton Vermont⁶ como o ponto de viragem, que levou ao aparecimento de um crescente número de revistas, livros e cursos visando estudar e divulgar uma tradição que se reconhece nas teorias de Carl Menger (1840-1921).

Com o tempo as teorias austríacas foram-se tornando conhecidas e começaram a exercer influência: da banca ao mundo da publicidade (e suas relações com a estrutura do mercado), sem esquecer os já referidos contributos para o debate sobre o cálculo econômico socialista. Influência que, na literatura dos últimos anos, se alargou a novas linhas de investigação econômica, como a da informação imperfeita e a teoria dos incentivos, que podem ser tidas como decorrentes do trabalho de Hayek sobre o conhecimento disperso e os preços como “sinais”, ainda que se tenda a esquecer com demasiada frequência esta dívida para com o nosso autor⁷.

⁵ Ver referência em: HUETA DE SOTO, Jesús. Socialismo, Cálculo Econômico e Função Empresarial. *Bnomics*, 2013, p. 12.

⁶ Que esteve na base da publicação de duas obras de referência, ver também: SALERNO, Joseph T. O renascimento da Escola Austríaca – À luz da Economia Austríaca. *MISES: Revista Interdisciplinar de Filosofia, Direito e Cultura*, V. I, N.1, jan-jun de 2013, p. 6 (nota 5).

⁷ KLEIN, Peter G. Introducción. In: HAYEK, F. A. *Las Vicisitudes del Liberalismo: Ensayos sobre Economía*

Entre as razões para que os economistas modernos se interessem por Hayek, Klein centra-se em duas. A primeira aponta para o que o diferencia de outros defensores do mercado. Para tal, usa o contraponto entre duas formas de racionalidade. A dos otimistas – os “novos clássicos” – com teorias baseadas em hipóteses formuladas por agentes humanos hiperracionais e com expectativas tão “racionais” que obtêm respostas instantâneas por parte do mercado. E a dos céticos – composta na sua maioria por economistas que podem ser considerados em alguma medida “keynesianos” – que consideram as expectativas como mais problemáticas e que, por isso, no que respeita ao ajuste, os preços respondem com relativo atraso.

Uma falsa dicotomia que serve a Klein para mostrar que, ao contrário destes dois grupos, Hayek não baseia a sua defesa do mercado na racionalidade humana, mas na nossa (douta) ignorância!

Os agentes económicos, segundo Hayek, são seguidores de normas que respondem a estímulos de preços, dentro de um sistema selecionado por um processo de evolução. Uma ordem espontânea mais que um sistema escolhido deliberadamente, ainda que as ações desses agentes, provoquem efeitos benéficos não previstos para o sistema no seu conjunto. Efeitos que, além do mais, não teriam podido ser prognosticados racionalmente. Teoria que está longe de ser a seguida pelos economistas modernos, para quem a evolução e espontaneidade desempenham um escasso ou nulo papel⁸.

Mas para Klein há uma segunda razão para estudar Hayek e que também o diferencia dos novos economistas clássicos: é o fato da sua teoria económica ser mais ampla e estar integrada numa filosofia social geral, que compreende aspectos políticos, jurídicos e éticos do sistema social. O que, por um lado, aproxima o pensamento de Hayek da “econo-

mia política” de Menger (“versus” *economics*), e da tradição da Escola de Salamanca⁹. E, por outro, alarga o campo de atração do seu pensamento a mais pessoas, mesmo às que não possuem formação em economia, em especial jovens e idealistas que têm mais simpatia por conceitos de liberdade e justiça do que por eficiência e consumo. Acresce que os seus contributos (como os de Mises) para a ciência económica não se podem separar da sua contundente defesa do capitalismo como sistema que fomenta a democracia liberal e as liberdades individuais. Um aspecto também comum a Friedman. E que, por certo, explica o crescimento dos seus seguidores, provenientes de campos alheios à economia, ao contrário do que acontece com a quase repulsa (fora do âmbito da economia) que se dá em relação aos chamados novos clássicos. O que se traduz em elemento diferenciador para quem se entrega ao estudo da economia da Escola Austríaca: gente geralmente motivada por uma ampla gama de interesses e pelo “aroma” interdisciplinar da Escola, que ajuda a explicar a sua quase irresistível atração.

III - ESCOLA AUSTRÍACA: CRISE DE IDENTIDADE E DIFERENÇAS ENTRE MISES E HAYEK

Temos que reconhecer que no período mais crítico, mesmo Hayek deu mostras de querer aceitar a integração dos austríacos na corrente principal da economia. E que o próprio Mises se dispôs a abdicar da identidade da Escola:

Nós falamos geralmente das escolas austríaca e anglo-saxônica [que segue William Stanley Jevons (1835-1882)] e da escola de Lausanne [de León Walras (1834-1910)]. [...] [contudo] estas três escolas de pensamento diferem só na forma de expressar a mesma

Austríaca y el ideal de libertad. Madrid: Unión Editorial, 1996. p. 7.

⁸ Idem., *Ibidem.*, p. 7-8.

⁹ ALVES, André Azevedo & MOREIRA, José Manuel **The Salamanca School.** New York / London: Continuum, 2010. Com reedição em formato brochura em 2013 pela Bloomsbury, de New York.

ideia fundamental, e [...] a divisão entre elas radica mais na sua terminologia e nas diferenças de apresentação do que no fundo dos seus ensinamentos¹⁰.

Tendência que mudou com o Nobel da Economia atribuído a Hayek (em 1974), que teve um forte impulso para o ressurgimento da Escola Austríaca. Temos, todavia, que reconhecer que esse impulso talvez não fosse suficiente para se transformar em viragem, sem o renascimento do interesse pela Escola levado a cabo pelos tais dois notáveis seguidores de Mises: Rothbard e Kirzner. A ponto de durante muitos anos nos EUA, a expressão “Escola Austríaca” ser tida como equivalente a discípulos de Mises¹¹.

Entretanto, os trabalhos de Hayek, à medida que se iam afastando da economia “técnica”, começaram a sofrer influência do seu amigo Sir Karl Popper, gerando conflitos com a herança recebida de Menger e Mises. Levando mesmo alguns dos seus críticos, como T. W. Hutchison (1912-2007), a falarem em “Hayek I” e “Hayek II”, e outros, como Bruce J. Caldwell, em “transformação de Hayek”.

Com o tempo e à medida que a Escola Austríaca ganhava identidade diferenciada, até por contraposição às teorias macroeconômicas keynesianas, foram aumentando as tensões dentro da tradição austríaca. Em especial, entre os membros mais ativos e orgulhosos da Escola, já que muitos outros continuaram na prática a aceitar a sua fusão com a corrente principal, a coberto da ideia de que não há Escola Austríaca, mas tão só “boa ou má” Ciência econômica. Tensões que se foram tornando crescentes entre os seguidores de Mises e os de Hayek, traduzindo-se na luta pelo legado austríaco. Luta que para Joseph Salerno se agudizou a ponto de se traduzir na tentativa de afastamento (do pensamento) de Mises: a “Economia Austríaca sem *Aque-*

la Pessoa”¹². E em represália, visível na forma como Salerno parece querer abrir caminho à intenção oposta: uma tradição austríaca sem Hayek: sem Aquela (outra) Pessoa¹³.

Aqui chegados, torna-se urgente atender ao que na verdade separa estes dois grandes gigantes da tradição austríaca, para depois ver se, o que realmente os divide, deve servir para nos enriquecer ou empobrecer.

Estou mais uma vez com Klein quando destaca, entre os mais polêmicos, dois pontos de desacordo entre Hayek e Mises: o do debate sobre o cálculo econômico no socialismo e o que se relaciona com a metodologia “apriorística” de Mises. O primeiro prende-se com a questão de saber quem tem razão na discussão entre dois campos. O dos que defendem a “impossibilidade” do cálculo econômico socialista, que seria a tese de Mises, supostamente rebatida por economistas socialistas, como Oskar Lange (1904-1965). E a tese dos que sustentam que tal cálculo é simplesmente menos eficiente ou mais difícil de levar à prática. Trata-se-ia mais uma vez de um conflito entre a tese de Mises e a defendida por Hayek [e Lionel Robbins (1898-1984)]. Não temos aqui espaço para detalhar a evolução das posições ao longo deste debate, tido como de oposição entre dois tipos de impossibilidades: a teórica e a prática. Mas é interessante verificar que, em relação à questão de saber se o conflito é verdadeiro ou falso (ao ter por base interpretações abusivas das posições de Mises e de Hayek), tanto Don Lavoie (1951-2001) como Israel Kirzner tendam a considerá-lo como falso. Coincidência de posições que se torna ainda mais revelante por Lavoie ser tido como próximo de Hayek, e Kirzner de Rothbard e Mises. Daí o redobrado interesse dos testemunhos de Don Lavoie e Kirzner, até pelo cuidado

¹² SALERNO. *Op. cit.*, p. 144-151.

¹³ Uma intenção bem concretizada em: HOPPE, Hans-Hermann. *Ciência Econômica e o Método Austríaco*. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010. Ensaio onde F. A. Hayek não aparece na lista de leituras recomendadas, nem no próprio índice remissivo.

¹⁰ MISES, Ludwig von. *Epistemological Problems of Economics*: New York: New York University Press, 1981. p. 214.

¹¹ HAYEK. *Las Vicisitudes del Liberalismo*. p. 61

com que sempre acompanharam o evoluir das posições de Mises e Hayek.

O primeiro ao afirmar que:

Os principais argumentos adiantados por Hayek e Robbins não constituem um abandono da teoria de Mises, mas antes uma clarificação, situando o debate mais nas últimas versões da economia centralizada [...] Ainda que os comentários tanto de Hayek como de Robbins sobre as dificuldades de quantificação (dessas últimas versões) possam ter contribuído para formular falsas interpretações dos seus argumentos, mas a principal contribuição dos dois autores era completamente coerente com a postura de Mises¹⁴.

No mesmo sentido vai a opinião de Kirzner ao dizer que as posturas de Mises e Hayek devem ser consideradas em conjunto como uma tentativa pioneira para elaborar a perspectiva austríaca “*empresarialidade-inovação do processo de mercado*”¹⁵. Uma visão também em linha com a importante obra de Huerta de Soto sobre o *Socialismo, Cálculo Econômico e Função Empresarial*¹⁶.

Já quanto ao segundo aspecto: a insistência de Mises de que a teoria econômica (diferentemente da história) é um exercício dedutivo e completamente apriorístico que não precisa de comprovação empírica dos seus postulados. É claro que Hayek não partilha desta afirmação, argumentando às vezes que a postura de Mises era na realidade mais moderada do que parecia, e distancian-do-se em outras ocasiões do seu mestre.

Cabe aqui a referência ao tal artigo de Hayek “Economia e Conhecimento”, como estando no centro de muitas das discussões ilustrativas da ruptura com Mises e em favor de um enfoque próximo de Popper, ao defender que a evidência empírica poderia ser

usada para falsear uma teoria, ainda que não para a “*comprovar por métodos indutivos*”¹⁷. Texto onde Hayek também diz que, enquanto a análise econômica das ações individuais poderia efetuar-se *a priori*, o estudo dos intercâmbios plurais precisa do estabelecimento de hipóteses sobre o processo de aprendizagem e transmissão do conhecimento, ambas, por natureza, matérias empíricas.

A este propósito, Klein recorda-nos que o próprio Hayek confessa, que, mesmo quando, a partir de 1937, começou a assumir posições contra o excessivo apriorismo de Mises, “*não estava consciente de estar simplesmente a desenvolver uma parte da teoria mengeriana, até então bastante abandonada*”. Acrescentando mesmo que:

Ainda que seja certo que a pura lógica do processo de escolha – através da qual a teoria austríaca interpretava a ação individual – seja na verdade puramente dedutiva, logo que o raciocínio se desloca para as relações inter-pessoais no mercado os processos mais importantes são os da transmissão de informação entre indivíduos, que são empíricos pela sua natureza.

Acrescentando, entre parêntese, que Mises nunca rejeitou explicitamente esta crítica, talvez por não estar em condições de reconstruir o seu sistema, então já plenamente desenvolvido¹⁸.

IV - ORDEM ESPONTÂNEA, EVOLUÇÃO E DIVISÕES ENTRE AUSTRÍACOS

Para Klein, a par das implicações derivadas da influência de Popper, que por certo ajudam a explicar a mudança de interesse da teoria do valor para a do conhecimento¹⁹,

¹⁴ LAVOIE, Don. **Rivalry and Central Planning: The Socialist Calculation Debate Reconsidered**. Cambridge: Cambridge University, 1985. p. 21.

¹⁵ Referências às fontes das citações de Don Lavoie e Israel Kirzner em: KLEIN. Introducción. p. 11-12.

¹⁶ HUERTA DE SOTO. *Op. cit.*

¹⁷ Para um aprofundamento da subtileza deste artigo de Hayek que continua a admitir interpretações divergentes em relação ao seu fito, ver nota em: KLEIN. Introducción. p. 12.

¹⁸ HAYEK. *Las vicissitudes del liberalismo*, p. 62.

¹⁹ E que levou W. W. Bartley III a sugerir que as críticas de F. A. Hayek ao sistema de planificação centralizada dependem em parte das afirmações de Karl Popper

importa igualmente ter em conta a importância que Hayek vai concedendo à evolução e à ordem espontânea. Uma preocupação que, embora esteja em linha com pontos relevantes do pensamento de Menger, mais uma vez o afasta de Mises. Um indício dessas diferenças encontra-se na afirmação de Hayek, de que “o próprio Mises era, muito mais do que eu, produto da tradição racionalista da ilustração e do liberalismo, não tanto britânica, mas continental”²⁰.

Uma valorização da “ordem espontânea” que em Hayek nos remete para a forma como Adam Ferguson (1723-1816) a expressa: resultante da ação, mas não da intenção humana. E que leva Dario Antiseri, apoiando-se em Hayek, a considerar que:

A existência de consequências não intencionadas de ações humanas intencionadas é uma elementar aquisição do sentido comum (“o homem põe e Deus dispõe”) do pensamento de teólogos, economistas e historiadores. Para Hayek, a análise das consequências não intencionadas das ações humanas intencionadas constitui a específica, única e exclusiva tarefa das ciências sociais: negar a existência de ordens deste tipo [...] implica negar a existência do objeto de estudo das ciências sociais teóricas²¹.

Um sentido comum em linha com outros ditos da sabedoria popular: “Deus escreve direito por linhas tortas” ou de “boas intenções está o inferno cheio”. E também com versões mais letradas, como a “mão visível” de Adam Smith (1723-1790) ou os “vícios privados, virtudes públicas” de Bernard Mandeville (1670-1733). Todos apontando para o realce da distinção entre os dois tipos opostos de individualismo a que Hayek alude com

sobre as imprevisíveis consequências de uma teoria segundo a qual a planificação fracassa porque não podemos prever todas as consequências da utilização dos conhecimentos que possuímos, ver: KLEIN. *Introducción*. p. 13.

²⁰ Idem., *Ibidem.*, p. 13.

²¹ ANTISERI, Dario. Prefacio. HAYEK, F. A. **Individualismo: el verdadero y el falso**. Madrid: Unión Editorial, 2009. p. 20.

frequência: o da tradição racionalista ou utilitarista da Europa continental, que destaca a importância da razão e da capacidade do homem para configurar o seu ambiente, e o da tradição inglesa do direito consuetudinário, que fixa limites à razão e às forças espontâneas da evolução²². Terminando com uma longa e significativa citação de Hayek, de 1978, que nos dá conta do que o separa de Mises, cinco anos depois da sua morte:

Uma das minhas discrepâncias refere-se a uma afirmação de Mises sobre filosofia básica em relação à qual sempre senti algum incômodo. Mas que só agora posso explicitar os motivos desse meu mal-estar. Mises afirma nesta passagem que o liberalismo “considera toda a colaboração social como uma emanção da utilidade reconhecida racionalmente, em que todo o poder se baseia na opinião pública, e não pode empreender nenhuma ação que possa interferir na livre decisão de homens racionais”. É só a primeira parte deste raciocínio que agora eu creio que é incorreta. O racionalismo extremo, a que ele como homem do seu tempo não conseguiu escapar, e quiçá nunca renegou, parece-me agora incorreto, considerando a realidade. Não foram, com certeza, as considerações racionais sobre as vantagens gerais que contribuíram para o alargamento da economia do mercado. Parece-me que o objetivo principal dos ensinamentos de Mises é demonstrar que a liberdade não foi escolhida porque tivéssemos compreendido as vantagens que iria acarretar: ou seja, que não planeamos, porque não éramos suficientemente inteligentes para isso, o sistema que agora apreendemos a entender em parte [...] O homem escolheu este sistema apenas porque aprendeu a preferir algo que já estava em funcionamento e, através de uma compreensão gradualmente superior, foi capaz de melhorar as condições do seu funcionamento²³.

Ideia que Hayek também acolhe em “Presunção do conhecimento”, ao defender, como bem nota Antiseri, que o uso

²² Para mais desenvolvimento, ver: MOREIRA, José Manuel. **Liberalismos: entre o conservadorismo e o socialismo**. Lisboa: Ed. Pedro Ferreira, 1996.

²³ HAYEK. **Las vicisitudes del liberalismo**. p. 154.

do conhecimento, que se consiga adquirir, deve servir não para fazer vingar um modelo próprio de resultados, como faz o artesão com o seu próprio trabalho, mas antes para seguir o desenrolar dos acontecimentos com a preocupação de proporcionar um ambiente adequado, como faz o jardineiro com as plantas²⁴.

Um ambiente que para Infantino é constantemente contaminado por um Estado intervencionista que com o seu particularismo legislativo e econômico altera e transtorna a ordem abstrata da Grande Sociedade: o *habitat* que torna possível a liberdade e a exploração do desconhecido e, por esse meio, a correção dos erros²⁵. Assim se explica que Hayek, coerente com esta sua linha argumentativa, termine a sua obra, *Direito, Legislação e Liberdade*, insistindo na ideia de que o homem não é nem nunca será dono do seu destino e que a própria razão progride levando-o sempre para o desconhecido e o imprevisto. Percebe-se então melhor, como nos lembra Dario Antiseri, a sua preocupação com os abusos da razão: “*compreender racionalmente as nossas próprias limitações é uma tarefa extremamente difícil, mas essencial para a preservação da nossa civilização*”²⁶. Daí que Hayek considere a mente humana como parte do desenvolvimento da civilização, e que, por isso, nunca poderá prever e muito menos dominar os seus próprios progressos. O que explica, por certo, a sua hostilidade em relação ao “racionalismo extremo” das teorias da Europa continental que conduziram ao que denomina “erro do construtivismo”. Erro assente na ideia de que nenhuma instituição social pode ser benéfica se não tiver sido fruto de uma decisão deliberada do homem.

A este propósito, Klein nota que a maior parte da moderna economia do bem-estar é completamente “construtivista”: ao começar

por resolver um problema econômico a partir da solução ótima do planificador central e só depois procurar averiguar se a resposta do mercado pode atingir o resultado do plano do ditador benevolente.

Um comum “erro construtivista” que no limite explica a “arrogância fatal” que suporta o ponto de vista socialista e a sua crença de que, atendendo a que o mercado não foi criado, um sistema artificial deliberadamente organizado e imposto a partir de cima deveria ser mais eficaz do que qualquer outro sistema natural e descentralizado.

Sistema que Hayek liga ao falso individualismo: produto de uma exagerada confiança nos poderes da razão. Daí que o verdadeiro individualismo, consciente dos limites da razão, seja adverso ao intervencionismo, mesmo que moderado, como seria o caso do ramo keynesiano.

Pensamos que o exposto e as tensões decorrentes ajudam, por certo, a explicar, como também salienta Klein, as divisões com que se debate a moderna Escola Austríaca de Economia. E que, como resultado desse ambiente propício ao conflito, se tenha vindo a assistir ao confronto entre dois grupos: os partidários estritos de Mises, que são “racionalistas sociais” e praticam um “apriorismo extremo”, e os partidários de Hayek, que preconizam uma ordem espontânea e põem limites ao racionalismo²⁷. Ainda que se possa considerar também um terceiro grupo: o dos “subjettivistas radicais”, seguidores de G. L. S. Shackle (1903-1992) e de Ludwig Lachmann (1906-1990), que negam a possibilidade de *qualquer* ordem em assuntos econômicos.

Faltando agora saber como lidar com esta situação e evitar que este clima de embate e azedume acabe por afetar a continuidade e vitalidade da Escola Austríaca.

²⁴ ANTISERI, Dario. Prologo. In: HAYEK, F. A. *La contrarrevolución de la ciencia. Estudios sobre el abuso de la razón*. Madrid: Unión Editorial, 2003, p. 16.

²⁵ INFANTINO. *Op. cit.*, p. 28.

²⁶ ANTISERI. Prologo. In: HAYEK. *La contrarrevolución de la ciencia*. p. 16-17.

²⁷ Veja a propósito: MOREIRA, José Manuel Lopes da Silva. Hayek e a racionalidade econômica: Entre o instinto e a razão. *Revista de Estudos Econômicos*, v.20 (número especial), 1990, p. 75-117.

V - O QUE FAZER?

Um caminho possível é o do confronto e agudização de um conflito com tensões e represálias que, em grande medida, escondem a luta pela titularidade teórica de tão rica herança. Luta que, como vimos, tem um histórico de tentativas de exclusão. Primeiro, supostamente, de afastamento de Mises e seus seguidores: a “Economia Austríaca sem *Aquela Pessoa*”²⁸. E agora, ao que parece, com justificação para a ambição oposta. Sem Hayek: *sem Aquela outra Pessoa*.

É face a este espírito de represália – e de exclusão de um dos lados do legado austríaco – que não só vi com agrado o artigo de Gabriel Zanotti como me reconheço no caminho, em cinco pontos, proposto para superar o atual impasse epistemológico da Escola Austríaca. E que resumiria assim:

- 1) Integrar a praxeologia numa verdadeira fenomenologia da ação humana
- 2) Ligar a tradição austríaca às epistemologias evolutivas, unindo Edmund Husserl (1859-1938) a Santo Tomás de Aquino (1225-1274).
- 3) Dar fundamentação universal às noções intersubjetivas básicas da economia: a partir das quais se interpretam os fenômenos complexos dos diversos mundos da vida.
- 4) Passar a considerar como problema central da economia, não a afectação de recursos, mas a coordenação de conhecimento disperso entre infinitos agentes: que é, afinal, a base da ordem espontânea de Hayek.
- 5) Terminar com o famoso debate sobre se a economia é *a priori* ou *a posteriori*.

Uma proposta que, no fundamental, está em consonância com a minha Tese de doutoramento²⁹, a primeira sobre Hayek em língua portuguesa: *Filosofia e Metodologia da Economia em F. A. Hayek, ou a redescoberta de um*

²⁸ SALERNO. *Op. cit.*, p. 144.

²⁹ Defendida em 1992 na Universidad Pontificia Comillas, em Madrid, com orientação de Enrique Menéndez Ureña.

*caminho “terceiro” para a compreensão e melhoria da ordem alargada da interação humana*³⁰.

Tese que não só comunga do mesmo espírito da proposta de Zanotti como explora, no essencial, os mesmos pensadores de que faz um cuidado e oportuno levantamento. Um esforço que também é de integração do pensamento original e muito pessoal de Hayek numa visão alargada e re-fundamentada da tradição austríaca da economia. Daí que o desenvolvimento proposto por Zanotti – origem do problema e caminho para uma hipótese de solução – esteja em linha com a primeira parte da minha tese e em consonância com o que defendi no conjunto das três grandes divisões dessa obra³¹:

- 1) Para compreender a metodologia de Hayek. Esboço de um novo paradigma epistemológico;
- 2) Para compreender o que é e como funciona a ordem alargada da interação humana;
- 3) Para uma melhor compreensão de algumas posições e propostas de Hayek para a melhoria da ordem em que vivemos.

Quanto ao conteúdo da proposta, não posso estar mais de acordo com a valorização da fenomenologia (e suas virtualidades) para um reencaminhamento das perspectivas teóricas e históricas, capaz de sustentar e aprofundar as raízes hermenêuticas implícitas na tradição austríaca. O mesmo para a ênfase nos contributos de Husserl, tendo em vista dar uma mais universal fundamentação filosófica à praxeologia de Mises.

Em Aristóteles (384-322 a.C.), a filosofia primeira é a do Ser, já para Husserl é o fenô-

³⁰ O texto original contém três volumes. Uma versão abreviada em um único volume foi publicada como: MOREIRA, José Manuel L. da S. **Filosofia e Metodologia da Economia em Hayek**. Porto: Publicações da Universidade do Porto, 1994.

³¹ Que dedico a Júlio Moreira Fragata, S. J. (1920-1985): “*que fazia questão de ensinar a ‘ver’ e cuja memória guardo como exemplo de ‘douta ignorância’*”. Acresce que Júlio Fragata é nome maior na fenomenologia (e grande especialista de Husserl) em língua portuguesa, de que destacamos: FRAGATA Júlio. **Problemas de Filosofia de Husserl**. Braga: Livraria Cruz, 1962.

meno: é o aparecer, sem mais, que é ser. O que aparentemente daria um tom mais “subjetivista” à filosofia de Husserl, e mais “objetivista” à de Aristóteles. Embora, na verdade, usando uma contraposição clássica, o relevante é que Husserl parte do “sujeito” para o objeto e Aristóteles do objeto para o sujeito. Um contraste de pontos de partida que também está na base da divisão entre teorias econômicas subjetivistas e objetivistas no que respeita à questão do valor. Mas para um austríaco é igualmente importante não descurar que o caminho é o mesmo: ainda que percorrido em dois sentidos³². Ou não fosse essa capacidade de interpretação de caminhos, com mais que um sentido, uma singular característica da nossa tradição. Como bem se nota na resposta de Friedrich von Wieser (1851-1926) à doutrina clássica de que o trabalho é a causa do valor: “*O valor sanciona os custos, mas não tem neles o seu valor*”³³.

Acresce que a proposta de Zanotti tem ainda a vantagem de nos fazer entender que não há ciência sem filosofia; nem, por certo, filosofia sem ciência. Costumo dizer que as grandes temáticas humanas são três: comer, vestir e descansar. Porque é à volta delas que se desenvolvem outras, que levantam novas questões igualmente fundamentais:

Como fazer isso sem referência ao Absoluto?
Como fazer isso sem referência ao trabalho, poupança, investimento, etc.?
Como fazer isso sem me referir àquilo que eu mesmo sou, donde venho e para onde vou?

O que está em sintonia com a amplidão do pensamento de Hayek e com a tradição de uma Escola que sempre aspirou a ir além da economia. E que, por isso, não pode prescindir de uma visão alargada do que é “humano” e muito menos do conceito de intencionalidade

³² Trata-se de dar conta de uma mesma realidade, vista em perspetivas diferentes. Diríamos que o aparecer em Aristóteles não está analisado, está implicado. E que em Husserl o aparecer está analisado, o que está implicado é o ser.

³³ BELTRÁN, Lucas. *Historia de las Doctrinas Económicas*. Barcelona: Teide, 1989. p. 234.

de de Husserl que deve muito à psicologia de Brentano, mas também ao pensamento escolástico. Acresce que Husserl não é um essencialista, é existencialista³⁴.

É verdade que Husserl não deixou de admirar certa harmonia do sistema aristotélico, depois continuada pelo tomismo. Mas também temos que reconhecer que, embora sempre se tenha oposto a certo tipo de idealismo, como também nota Zanotti, é um simpatizante, como Hans-Georg Gadamer (1900-2002), da filosofia platônica³⁵. O que nos obriga a novos desafios de integração desta abordagem na tradição austríaca. Por outro lado, a superação do idealismo, pressuposto em dicotomias como corpo-alma, poderia beneficiar de um autor como Maurice Merleau-Ponty (1908-1961), que não só corta com o dualismo, ao chamar à alma corpo vivo, como, ao contrário de Martin Heidegger (1889-1976) [da consciência aberta ao Ser], nos propõe uma consciência aberta ao mundo. Há, todavia, um ponto ainda mais importante que tem a ver com os limites ao racionalismo e a importância da intuição sobre a razão. Uma valorização da intuição que poderá permitir dar verdadeiro fundamento filosófico à abordagem da problemática da empresarialidade-inovação como processo de mercado. Questão central na tradição austríaca e em relação à qual mesmo um autor como Joseph Salerno aceita “*que se deve diferenciar o problema do cálculo, devido a Mises, da*

³⁴ A essência de Husserl não é uma abstração, embora ele também nos fale em ideia de essência como abstração. De um ponto de vista “austríaco”, é interessante notar que Husserl se coloca numa perspetiva antropológica, a partir da existência humana (neste ponto de partida está próximo de Heidegger). É como se partisse do sujeito e analisasse o aparecer no sujeito. Daí que para Husserl a perspetiva do aparecer seja mais ampla do que a do ser. Tudo o que aparece, é. E nem tudo o que é, aparece. O que lhe permitiria, por certo, considerar a ontologia do Ser (Aristóteles) como uma ontologia regional.

³⁵ ZANOTTI Gabriel J. Uma proposta para superar o Atual Impasse Epistemológico da Escola Austríaca. *MISES: Revista Interdisciplinar de Filosofia, Direito e Cultura*, V. I, N.1, jan-jun de 2013, p. 31.

questão do processo de descoberta, realçada por Lavoie e Kirzner”³⁶.

Daí a importância de uma colaboração entre os dois ramos desavindos tendo em vista uma melhor fundamentação filosófica dos elementos hermenêuticos que se encontram em Mises e Hayek. Onde ganha particular relevância a tal valorização da intuição sobre a razão: a razão deve servir a intuição e não o contrário. O que nos remete para a “Douta Ignorância” de Nicolau de Cusa (1401-1464) e para um outro olhar para “o que se vê e o que não se vê” de Frédéric Bastiat (1801-1850), ou mesmo para nova luz sobre as muito citadas palavras de Santo Tomás de Aquino: “*Multae utilitates impedirentur si omnia peccata districte probiberentur*” (impedir-se-iam muitas coisas úteis se todos os pecados fossem severamente proibidos)³⁷.

Acresce que, embora a fenomenologia seja um método e uma atitude, para Husserl é mais uma atitude valorizadora da visão (do ver, da intuição) em relação à razão³⁸. Uma pessoa intui uma esfera, mas por intuição direta vê sempre só metade da esfera, só por intuição categorial (ou eidética) vê toda a esfera. Ao intencionar, intui por implicação. Daí que sua filosofia não seja uma ciência preponderantemente racional, mas intuitiva³⁹.

³⁶ SALERNO, Joseph T. Ludwig von Mises as Social Rationalist. *Review of Austrian Economics*, V. 4, 1990, p. 26-54.

³⁷ *Summa Theologiae*. II-II, q. 78.1.

³⁸ No limite, filósofos como René Descartes (1596-1650) e Immanuel Kant (1724-1804) [ou mesmo Gottfried Wilhelm Leibniz (1646-1716)], na linha de Santo Tomás de Aquino, fariam um processo racional a dizer como a razão nos leva ao encontro de Deus. Enquanto Husserl diria: só vou ao encontro de Deus através do “ver” da intuição intelectual ou eidética. O que significa dizer que a fenomenologia husserliana “detesta” o processo racional, ainda que reconheça que a razão “entra” para me levar ao “ver”: do mesmo modo que, quando eu subo a montanha, a subida não influi na minha contemplação, a razão também ajuda, mas não influi na minha visão.

³⁹ É verdade que o racionalismo na filosofia teve um arranque interessante com Descartes, mas depois levou a grandes sofismas. A razão exporta para a filosofia de

Numa linha próxima de Zanotti, podemos dizer que a intuição é uma vivência, apanha o ser ôntico. O que é objeto da intuição é minha vivência, onde se identifica o meu pensar, o meu querer e o meu agir. O que implica que quando o quero exprimir tenho já que criar essa identificação, que só é possível num processo evolutivo. Percebe-se, por isso, que diferentes concepções de homem, da sua constituição e situação – *o homem e a(s) sua(s) circunstância(s)*, de José Ortega y Gasset (1883-1955) – possam vir a espelhar as diversas concepções de ciência. E que um primado da intuição sobre a razão possa ter implicações na fundamentação do apriorismo de Mises e nos critérios de evidência⁴⁰.

Entendemos, contudo, que uma mais relevante implicação da fenomenologia tem mesmo a ver com um novo enfoque para o papel do empresário na dinâmica do merca-

Baruch Espinosa (1632-1677) esses sofismas, produtos falsos. A ponto de – com Espinosa – se ter passado a pensar que tudo o que vinha da razão era bom. Caindo-se no exagero: a ponto de Friedrich Engels (1820-1895), a propósito da Revolução Francesa, ter dito que, daí em diante, tudo teria de ser justificado perante a Razão. A expressão “Século das Luzes” (ou da “Razão” versus “Trevas”) é disso sinal. Entretanto, este otimismo entrou em crise com Kant. Mas a sua descodificação dos sofismas da razão – a razão não chega à coisa em si – acabou por dar lugar ao agnosticismo e ao reconhecimento de que a Metafísica não é do âmbito da razão. Entretanto, o iluminismo da razão, influenciado por Kant, veio degenerar num Idealismo em que se atende apenas ao aspeto lógico da razão, como em G. W. F. Hegel (1770-1831), embora nele não seja um idealismo ingênuo.

⁴⁰ Um bom critério da evidência apodítica assentaria na visão e no sossego (a paz na adesão). Mas como para Husserl a evidência de “um” podia ser ilusória, teria de ser comprovada pela comunidade de “eus”, pela evidência dos outros. O próprio sossego não é um critério infalível, fica sempre uma margem de risco. Daí que, se o quisermos suprimir, suprimimos a nós mesmos. O que seria revelador da nossa contingência: a contingência da adesão revela a nossa própria contingência. Dito de outro modo: o nosso conhecimento é proporcional aquilo que somos, e isso manifesta o contingente que nós somos. Aparecemos no mundo através do risco, por um triz – Por um acaso feliz ou por um feliz acaso?

do. A exploração da problemática da razão, entendimento e intelecto – que começa a levantar-se com o autor da “Douta Ignorância” e depois com Immanuel Kant (1724-1804) – pode permitir entender melhor uma distinção fundamental no mundo empresarial entre: “perceber” e “aperceber-se”. E revelar-se fulcral para uma nova compreensão das implicações da visão empresarial no processo de mercado numa perspectiva austríaca ainda mais perspicaz e dinâmica.

Ao distinguir entre os dois modos distintos de ver: um, em que a razão se socorre do entendimento para entender a coisa, e outro, em que para poder entender é preciso que o entendimento se sirva da razão. Uma valorização do “ver” – por intuição e por implicação – que levaria à natural desvalorização da razão. E tanto assim que é possível ver sem entender e entender sem ver. O que nos obriga a admitir que a razão possa não ser essencial ao pensar. Tanto mais que a razão para ser “razão” precisa de ser entendida: o homem precisa da razão para entender e, entendendo, intui.

Uma abordagem que por certo dará um novo enquadramento e outro sentido ao envolvimento dos dois ramos desavindos e redobrado empenho para a melhoria da Tradição Austríaca. Empenho que obriga à aceitação dos novos desafios que a hermenêutica, em especial a continental, que segue Lavoie (e companhia), levanta à nossa Escola. E, em especial Gadamer, com a sua noção de historicidade, ao considerar que o presente ontologicamente é feito pelo passado, as tradições culturais estão vivas. Portanto, a história não é algo passado, está presente hoje. O que leva Zanotti a afirmar:

Esta presença do histórico em cada momento social, sem os devidos esclarecimentos, fez a balança pender para o perigoso vilão da cidade de Gotham austríaca: o historicismo alemão, vilão que confrontado, praticamente, fizera nascer a escola austríaca, como a conhecemos: o famoso debate entre Carl Menger e Gustav von Schmoller (1838-1917)⁴¹.

Um debate presente em Mises e, de modo em especial em Hayek, nas suas referências ao historicismo e no realce do quanto os desenvolvimentos da postura metodológica de Menger foram influenciados também por Friedrich Carl von Savigny (1779-1861) e pela Escola histórica do direito⁴².

Debate onde não deixa de marcar presença o nosso Rothbard, em especial na “Introdução” à sua “grandiosa “História do Pensamento Econômico”⁴³, e que não está de todo ausente em “Monarquia, Democracia e Ordem Natural”, de Hans-Hermann Hoppe⁴⁴.

Questões que nos recordam a problemática medieval “do uno e do múltiplo”⁴⁵ – do comum e do singular – e obrigam a uma permanente revisitação das origens da Escola Austríaca. Uma Escola mais dada ao espírito filosófico do que à inclinação matemática⁴⁶ e, por isso, mais propensa a não separar a inovação da tradição. Virtudes que vamos procurar ilustrar com os dois pontos finais deste artigo: “Racionalismo hayekiano e reabilitação da tradição” e “Processos de descoberta e dinâmica civilizacional”⁴⁷. Que, cremos, ajudarão a melhor perceber quanto um pensamento original e muito pessoal (como é o de Hayek) poderá ajudar a fortalecer e enriquecer uma Escola que se caracteriza pela unidade na diversidade de fios que dão encadeamento à

⁴² INFANTINO. *Op. cit.*, p. 16. E também: HAYEK. *Las vicissitudes del liberalismo*. p. 85, nota 49.

⁴³ ROTHBARD, Murray N. *An Austrian Perspective on the History of Economic Thought*. Edward Elgar, 1995.

⁴⁴ HOPPE, Hans-Hermann *Monarquía, Democracia y Orden Natural*. Madrid: Gondo, 2004.

⁴⁵ Com abordagem de inspiração husserliana em: FRAGATA, Júlio. O problema do uno e do múltiplo: esboço de uma nova solução. *Revista Portuguesa de Filosofia*. V. 36, N. 3-4, 1980. p. 227-48.

⁴⁶ Veja, a este propósito: RAVIER, Adrián The History of Thought in the Education of an Economist. *Laissez-Faire*. N. 33, Septiembre, 2010, p. 54-57.

⁴⁷ Pontos que estão muito próximos do elaborado no ponto 4 (Para um novo paradigma epistemológico) do Cap. III (Hayek versus Popper: Um apanhado crítico...) da nossa já referida tese de doutoramento.

⁴¹ ZANOTTI. *Op. cit.*, p. 29.

sua textura. A ponto de autorizar até o enredo que tem vindo a tramar a nossa Escola. Felizmente os tempos são de crise e certamente facilitarão a nossa capacidade de “ver” porque a história única da teoria austríaca obriga a distinguir sem nunca separar o Presente Passado, o Presente Presente e o Presente Futuro.

VI - RACIONALISMO HAYEKIANO E REABILITAÇÃO DA TRADIÇÃO

A metodologia e epistemologia de Hayek apontam para um novo ‘paradigma’ que, em grande medida, contraria o que se consolidou no século XIX numa corrente de pensamento normalmente denominada de ‘cientismo’. E que assume a ‘objetividade científica’ como modelo epistemológico universal. Este modelo vive da oposição entre Sujeito e Objeto, quer o seu fundamento seja o subjetivismo cartesiano quer o objetivismo positivista. Aliás, podemos mesmo dizer que a novidade desta mudança epistemológica passa pela superação da falsa oposição subjetivismo e objetivismo e pela redescoberta de que a relação entre sujeito e objeto é inseparável da mediação da Tradição.

Apesar da distinção entre ciências da natureza e ciências do espírito, por Wilhelm Dilthey (1833-1911), a abordagem dos fenômenos sociais dela derivada permaneceu prisioneira da teoria tradicional do conhecimento, e em alguns casos acentuou mesmo a cisão entre teoria e prática, saber e fazer. Ora a reabilitação da tradição e do costume, que tanto magoa os herdeiros da Ilustração tem, em Gadamer e Hayek, fundamentalmente um sentido epistemológico. Para Hayek, a subjetividade não se opõe à objetividade; bem pelo contrário, como para Gadamer, o inserir-se na tradição implica *pertença e crítica*. A tradição é muito mais um ‘jogo’ (ou um diálogo) em que o sujeito e o objeto, o passado e o presente se encontram em contínua mediação. As palavras de

Juan Manuel Almarza a propósito da epistemologia de Gadamer podem ser aplicadas a Hayek:

A atitude racional não consiste só em discorrer pelos caminhos trilhados por um determinado paradigma, mas também e fundamentalmente na capacidade de enfrentar situações inéditas. Neste sentido a racionalidade além de metódica, é um ato de criação realizado pela pertença à tradição em que a experiência desempenha uma função dialética⁴⁸.

Na verdade, para Hayek as tradições servem antes de mais como ‘adaptações ao desconhecido’⁴⁹:

Adaptação ao desconhecido é a chave em toda a evolução, e a totalidade de eventos a que a moderna ordem de mercado constantemente se adapta é na verdade desconhecida para qualquer um de nós⁵⁰.

Deve ser dito aqui que, em geral, os cientistas tendem a acreditar demais naquilo que sabem ou controlam, e a dar pouca importância, ou mesmo desprezar o que não

⁴⁸ ALMARZA, Juan Manuel. La tradición: pertenencia y crítica. *Estudios Filosóficos*, Valladolid, 29 (80), 1980, p. 103. A propósito da conceção de justiça de David Hume (1711-1776), que, tal como para Hayek, mais que um princípio da natureza, é um meio mediante o qual se referem os interesses naturais à categoria política do conjunto ou da totalidade que não está dada na natureza, Dalmácio Negro, seguindo a Yves Simon (**La tradición de la ley natural**. Madrid: Editorial Razon y Fe, 1968. p. 95ss.), lembra que para Hume a lei é “*regra e método de acção humana, coincidindo com a conceção nominal e dialética de S. Tomás. Por isso, é progressiva*” (NEGRO, Dalmácio. Prologo a David HUME, **De la moral y otros escritos**. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1982. p. XCVII-XCVIII).

⁴⁹ Para uma referência à produção econômica numa economia de mercado como serviço a desconhecidos e como crítica ao conceito de alienação de Marx que considera que os produtos não devem escapar ao nosso controle (e comparação entre Marx, Popper e Hayek), ver: BARTLEY III, W. W. El conocimiento es un producto no perfectamente conocido por su productor. *Teorema*, Madrid, 14- (1-2), 1987, p. 274.

⁵⁰ HAYEK, F. A. **The Fatal Conceit: The Errors of Socialism**. London: Routledge, 1988. p. 76.

sabem ou não controlam. Isto é verdade em relação aos estudiosos das ciências naturais, particularmente físicas, como o demonstra a pouca conta em que tomam as possibilidades de ocorrência de certos 'desastres'. Mas é ainda mais verdade no que respeita às ciências que lidam com fenômenos humanos. A este respeito, Hayek dirá mesmo que a "interessante tarefa da economia é demonstrar aos homens quão pouco eles realmente sabem acerca do que eles imaginam que são capazes de fazer"⁵¹.

O que dissemos é importante para compreender que Hayek não opõe a nossa razão (individual) às nossas tradições. Bem pelo contrário, razão e tradição exigem-se por igual para entender como o nosso conhecimento realmente surge:

A maioria do nosso conhecimento – e confesso que levei algum tempo para reconhecer isto – é obtido não da experiência imediata ou observação, mas no contínuo peneirar de uma tradição aprendida, que requer reconhecimento individual e seguimento de tradições morais que não são justificáveis em termos dos cânones das teorias tradicionais de racionalidade⁵².

Estamos agora talvez em melhores condições para ver que, embora tanto Popper como Hayek sejam críticos do 'racionalismo' e dos equívocos do marxismo e do socialismo, Hayek é, porventura, mais radical do que Popper. É que, embora ambos realcem a nossa ignorância, Popper parece aspirar a que tomemos consciência dessa ignorância face ao 'racionalismo ingênuo', enquanto em Hayek a crítica ao racionalismo não visa apenas a ignorância acerca de tudo aquilo que julgamos saber, como em Popper, mas principalmente mostrar que *muito do que fazemos o fazemos sem saber*.

Por outras palavras, o racionalismo crítico de Popper está mais prisioneiro do conhe-

cimento do que o de Hayek, que se alarga a todas as esferas da ação humana. Percebe-se agora melhor a razão por que muitos dos críticos de Popper, como é o caso de Paul Feyerabend (1924-1994), poupam Hayek, e que W. W. Bartley III (1934-1990), a quem lhe pergunta o que aprendeu dos dois, responda que "aprendeu de Popper que nunca sabemos o que estamos falando", e "aprendeu de Hayek que nunca sabemos o que estamos fazendo"⁵³.

Esta resposta dá boa conta das diferenças epistemológicas entre os dois, as quais se refletem, como bem nota W. W. Bartley III, num maior intervencionismo e num menor apreço pela tradição, por parte de Popper. Na verdade, as considerações de Hayek sobre possibilidade e desejabilidade da intervenção governamental e os limites que coloca ao intervencionismo, não se podem perceber sem se atender a que o grande problema para Hayek não é apenas de 'conhecimento', mas de ação humana. Ou melhor, de uma coordenação da interação humana que permita que objetivamente essa interação tenha em conta a subjetividade criadora dos sujeitos, os seus conhecimentos e os seus objetivos. E isto não é possível para Hayek sem a tradição. Tradição que ele vê como um processo de seleção que molda os costumes e a moralidade, e que pode tomar em consideração mais circunstâncias factuais do que aquelas que os indivíduos podem perceber e que por isso mesmo é em alguns aspetos superior à (ou mais sábia do que a) razão humana⁵⁴.

Ou seja, o verdadeiro racionalismo crítico teria que atender não apenas aos limites da razão no conhecimento humano, mas às suas limitações no que respeita à ação humana. Por isso, a comparação entre Hayek e Popper será sempre parcial se se limita ao conhecimento. É que, para Hayek, o problema do conhecimento é apenas parte de um problema mais vasto e mais humano, o da ação humana. Daí que se entenda agora melhor a razão por que

⁵¹ Idem., *Ibidem*.

⁵² Idem., *Ibidem*. p. 75. Cf., a este propósito, também: GADAMER, Hans-Georg. **Verdad y metodo: fundamentos de una hermenêutica filosófica**. Trad de Ana Agud Aparicio y Rafael de Agapito. Salamanca: Sígueme, 1988. p. 347-48.

⁵³ BARTLEY III. El conocimiento es un producto no perfectamente conocido por su productor. p. 262.

⁵⁴ HAYEK *The Fatal Conceit*. p. 75.

dedicamos a segunda parte da nossa Tese à ordem alargada da interação humana – a ordem espontânea – e a terceira ao problema de como melhorar essa ordem.

Com esta abordagem Hayek antecipa um novo paradigma de aproximação entre as ciências físicas e humanas, que é inseparável da redescoberta do tempo: “*A todos os níveis a ciência redescobre o tempo. E talvez esta problemática do tempo nos permita ver desenhar-se um novo tipo de unidade do conhecimento científico*”⁵⁵. Um novo tipo de unidade do conhecimento científico que realça a fenomenologia do tempo e a que resistiram não só os físicos clássicos mas também os economistas que, como Mark Blaug em outros tempos, fizeram da imitação do anterior paradigma o ideal de conhecimento científico.

Compreende-se assim a oposição de Blaug a todos aqueles que, como seria o caso dos representantes da nova ‘economia austríaca’, insistem em que “as decisões econômicas são tomadas sob condições de persistente incerteza e conhecimento incompleto; a passagem do tempo envolve aprendizagem e, por isso, as decisões econômicas são em princípio irreversíveis; assim sendo, a economia do equilíbrio com o seu conceito de ação racional não pode ser aplicada a uma explicação com tempo”⁵⁶.

Daí também a sua crítica a *Epistemics and Economics*. Uma obra em que Shackle enfatiza o quanto o tempo implica de indeterminismo, mas também de exploração do desconhecido, de imaginação prática e de liberdade⁵⁷.

⁵⁵ Cf. PRIGOGINE, Ilya & STENGERS, Isabelle **Entre o tempo e a eternidade**. Lisboa: Gradiva, 1990. p. 13. Ver a este propósito também: IORIO, Ubitatan Jorge. **Ação, Tempo e Conhecimento: A Escola Austríaca de Economia**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2011.

⁵⁶ BLAUG, Mark. **The Methodology of Economics: How economists explain**. Cambridge: Cambridge University Press, 1982. p. 185.

⁵⁷ Cf. a este propósito Alexander SHAND, **Free Market Morality: The Political Economy of the Austrian School**, London and New York: Routledge, 1990, p. 26.

A este propósito importa realçar que para Hayek, pese a sua crítica ao racionalismo, a vida econômica e a ordem alargada da interação social, não supõem o completo indeterminismo das escolhas nem exigem o postulado de que os agentes econômicos atuam racionalmente na persecução dos seus próprios interesses, com conhecimento perfeito e expectativas corretas. Para Hayek, o homem segue os seus fins com base no seu próprio conhecimento, mas obedecendo a normas que simultaneamente limitam e ampliam a capacidade da razão. Confiar que as normas tradicionais de convivência que condicionam a vida econômica são fator de ordem, é uma suposição admitida por cada um de nós quando planeja o seu futuro; e não, como alguns pensam, um obstáculo ao planeamento:

Se vivemos numa sociedade que permite orientar acertadamente o nosso comportamento e gozamos de razoável probabilidade de alcançar os nossos objetivos, isso deve-se não só ao fato de que os nossos semelhantes orientarem a sua ação para metas conhecidas, fazendo uso para isso de relações estabelecidas entre meios e fins, mas também porque o seu comportamento se encontra limitado por normas cujo propósito e origem escapam muitas vezes à nossa compreensão e de cuja existência nós próprios às vezes não estamos cientes⁵⁸.

Este caráter instrumental da razão implica a ideia de que aquilo que torna o homem bom, mais que a natureza ou a razão, é a tradição: o que, afinal, leva o homem a uma boa integração nessa insubstituível auto-ordem de adaptação ao desconhecido não é tanto a sua razão ou a sua ‘bondade inata’, mas a amarga necessidade de se submeter a normas de que ele, em geral, não gosta⁵⁹. Este é, sem dúvida, um dos traços característicos da tradição do pensamento econômico a que pertence Hayek. Uma tradição que, na linha de David Hume (1711-1776), acentua os limi-

⁵⁸ HAYEK, F. A. **Law, Legislation and Liberty**. Chicago: The University of Chicago Press, 1973. Vol. I, p. 11.

⁵⁹ Idem. **The Fatal Conceit**. p. 76.

tes da razão humana e, como Immanuel Kant, não confunde a razão teórica com a razão prática e parte de uma concepção de homem como ser falível, histórico e evolutivo. E que para o seu desenvolvimento encontra apoio não apenas no seu instinto natural e na sua razão mas na constante melhoria das tradições e costumes herdados: regras que foram evoluindo através de um processo de seleção no seio da sociedade em que vive e que por isso mesmo são fruto da experiência acumulada por incontáveis gerações.

VII - PROCESSOS DE DESCOBERTA E DINÂMICA CIVILIZACIONAL

A tradição em que se insere Hayek leva a uma concepção dinâmica da realidade em que o que importa não é tanto explicitar conhecimentos dados, grandezas de produtos disponíveis e fins conhecidos, mas a dinamização e coordenação de toda uma interação entre milhões de indivíduos com conhecimentos e objetivos diversos e diferentes. Uma dinamização e coordenação que exigem um maior respeito por todo um conjunto de 'sinais' e normas abstratas que não só guiam a interação entre inúmeros indivíduos que não se conhecem como, ao facilitar a recolha de informação até aí desconhecida, ajudam a servir fins também desconhecidos. Uma interação entre inovação e tradição que aproxima o pensamento de Hayek de uma realidade suscetível de história, permitindo-nos assim compreender e mesmo incentivar o que em muitas ciências como a física se julgava ilusório, isto é, a emergência do novo. Mas isto não significa que as ciências caiam na completa imprevisibilidade de resultados.

Aliás, o contraste entre a completa previsibilidade e completa imprevisibilidade deixa de fora o campo específico das ciências. Para Hayek a previsibilidade está em aberto; não a de fatos concretos e resultados particulares, mas a do padrão geral da gênese dos eventos e sua relação com os comportamentos previsíveis. Uma previsibilidade que se baseia na ideia de

que o homem é não só alguém capaz de seguir fins mas também de respeitar normas. E que, por isso mesmo, irá considerar os fenômenos econômicos como resultado de certos conhecimentos e fins conscientes e de ações voluntárias, mas também como resultantes do seguimento de certas normas. Normas que, em geral, não só facilitam a realização desses fins como levam à criação de uma ordem que está para além do conscientemente intencionado e do voluntariamente querido. Isto levanta toda a problemática do papel das normas e valores que nós seguimos de forma não inconsciente ou subconsciente, mas metaconsciente ou supraconsciente, normas e valores que servem de 'adaptação ao desconhecido' e de regra e método de regulação da ordem alargada da interação humana.

Acresce que para Hayek a submissão a normas abstratas de comportamento é condição da ordem espontânea e da frutificação do espírito criador e empreendedor, o qual é pedido ao homem que atua dentro do quadro aberto (à diversidade de fins e conhecimentos e ao respeito pelas regras comuns) da economia de mercado. É que, na verdade, o contínuo processo de coordenação e descoberta que caracteriza a economia de mercado pede um sujeito ativo, criador e humano - o *Homo agens*, de Mises⁶⁰ - não um sujeito passivo, automático e 'mecânico' - o *Homo oeconomicus*, de Robbins.

Economia de mercado que alimenta um contínuo processo de descoberta que possibilita o uso de mais fatores do que qualquer outro sistema conhecido e que provê incentivos para a constante busca de novas possibilidades de melhorar a adaptação às circunstâncias sempre mutáveis do mundo em que vivemos. E embora esta adaptação não seja tão perfeita como sugerem os modelos matemáticos do equilíbrio

⁶⁰ Para uma teologia da economia criativa que leve as igrejas a compreender que o individualismo é uma força evolutiva que combate a estagnação e a defender que nada mudará no Terceiro Mundo, enquanto não for dado mais espaço à capacidade criadora e empreendedora dos indivíduos, ver: PATERNOT, Jacques & VERALDI, Gabriel. *Dieu est-il contre l'économie?: Lettre à Jean-Paul II*. Paris: Editions de Fallois / L'Age d'Homme, 1989. p. 240-44.

de mercado, é muito melhor que qualquer outra que saibamos produzir por quaisquer outros meios”⁶¹.

Bartley, apoiando-se em Hayek e Ronald Coase (1910-2013) considera estes mercados sem peias – que pressupõem o erro, a ignorância e a informação limitada, inerentes a qualquer ‘processo de descoberta’ – como sendo “os melhores meios não só para gerar mais formas normais de riqueza, mas também para descobrir o conhecimento e melhor identificar o erro, ainda que nunca o eliminem completamente”: “mercados sem peias são raros, e mesmo sem peias não são perfeitos”⁶².

Esta perspectiva da economia, e em especial do processo de descoberta que lhe é inerente, tem pouco a ver com a perspectiva da economia de mercado subjacente à tradição anglo-saxônica derivada da teoria neoclássica dos preços que se concentrou na análise do equilíbrio. A escola austríaca, de modo diferente, desde o início desviou a sua atenção para o *processo* de mercado⁶³. Daí a insistência de Kirzner em frisar que

A eficácia do sistema de preços, do nosso ponto de vista, não depende da distribuição dos recursos no estado de equilíbrio, mas do grau de êxito que pode corresponder às forças de mercado na hora de gerar correções espontâneas na distribuição

que prevalece em momentos de desequilíbrio⁶⁴.

Esta reabilitação dos *processos* em relação aos *produtos* é hoje uma característica da atual filosofia da ciência. Mesmo a filosofia positivista (como salienta Almarza) que é caso extremo da metodologia objetivista e como tal objeto predileto das injúrias da Escola de Frankfurt, se orientou para a hermenêutica centrando a sua atenção não tanto nos produtos como nos processos da própria investigação. Thomas Kuhn (1922-1996), Imre Lakatos (1922-1974), Kurt Hübner (1921-2013), Paul Feyerabend, etc., em manifesto contraste com os anteriores positivistas da filosofia da ciência, prestam uma considerável atenção à tradição em si mesma⁶⁵.

Aliás, Gerard Radnitzky (1921-2006), um pensador com quem Hayek tem fortes pontos de convergência quanto a estas questões, faz eco, num interessante artigo sobre ‘os ciclos vitais das tradições científicas’⁶⁶, desta passa-

⁶¹ HAYEK, F. A. *New Studies in Philosophy Politics and History of Ideas*. London: Routledge & Kegan Paul, 1985. p. 236.

⁶² BARTLEY III, W. W. *Unfathomed Knowledge, Unmeasured Wealth: On Universities and the Wealth of Nations*. La Sale: Open Courty, 1990. p. 25. Obra dedicada a F. A. Hayek.

⁶³ Para um breve apanhado da crítica de Hayek ao ‘irrealismo do modelo neoclássico’ e da ‘abordagem tradicional do mercado’ que o conduz a uma nova concepção do mercado (baseada no ‘reconhecimento da natureza imperfeita do mercado’ e na ‘nossa irremediável ignorância’) e à reabilitação do papel central empresário (como um endógeno e não apenas, como em Schumpeter, como um inovador exógeno ao sistema), ver extratos do artigo: LEPAGE, Henri. *Le libéralisme de Friedrich-August Hayek*. *Les Cahiers Français*, N. 228 (Outobre-Décembre), 1986.

⁶⁴ KIRZNER, Israel M. *Competencia y función empresarial*. Madrid: Unión Editorial, 1975. p. 15.

⁶⁵ ALMARZA. *Op. cit.*, p. 70. A este propósito a reabilitação por parte dos cientistas do conhecimento tácito (ou não completamente consciente) tem vindo a tornar-se mais evidente. Como acontece com John W. N. Watkins (1924-1999), que cita mesmo Hayek em apoio da tese da impossibilidade de articular todas as regras que governam a ação consciente. Cf. WATKINS, John W. N. *Ciência e Cepticismo*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1990. p. 226.

⁶⁶ RADNITZKY, Gerard. Los ciclos vitales de las tradiciones científicas. *Revista de Occidente*, 44 (Enero-Marzo), 1974, p. 166-89. Ver, também: PAGELS, Heinz R. *O Código Cósmico: a física quântica como linguagem da natureza*. Trad. Jorge C. Buescu, rev. e apres. António M. Baptista. Lisboa: Gradiva, 1982, p. 402. Na obra em questão o autor lembra, a propósito da distinção entre gênio normal e gênio extraordinário, que as regras de criatividade na ciência nunca foram escritas e não podem na realidade ser aprendidas num livro, e acrescenta: “a prática da investigação científica é transmitida de geração em geração pelos cientistas, numa espécie de cadeia carismática; é um ensino pelo exemplo, e não pelo livro. Estando implícito, este conhecimento tácito é facilmente alterado pelas sucessivas gerações – aspecto invisível, mas importante, da investigação”. A ideia de filosofia como uma particular tradição intelectual – “a

gem da 'lógica da ciência' para a 'hermenêutica da ciência'.

É, aliás, este carácter inseparável da razão e da ciência de certos valores civilizacionais que leva Hayek a acusar os construtivistas de, ao apresentarem "como fruto de decisões humanas arbitrárias, ou atos de vontade, ou meras emoções, aqueles valores que não podem explicar, em lugar de os considerarem condições necessárias dos fatos que supõe dados", contribuírem, em grande medida, para abalar os alicerces da civilização, mas também "da própria ciência, dado que também esta se apoia num sistema de valores que não admite demonstração científica"⁶⁷.

Hayek pretende aqui chamar a atenção para o que está situado entre o instinto e a razão. Algo que é geralmente desprezado porque é aceite que aí não há nada:

Eu estou principalmente interessado na evolução cultural e moral, evolução da ordem alargada, que está, por um lado, para além do instinto, e geralmente oposto a ele, e que, por outro, é incapaz de ser criada ou planeada pela razão⁶⁸.

Evidentemente que, para Hayek, na ordem alargada da interação humana há lugar não só para a natureza como para a razão. A sua ênfase na tradição visa, quanto a mim, destacar que o bom uso da razão depende de uma boa tradição e que é principalmente desta que podemos esperar o refinar dos nossos instintos e a melhoria das nossas capacidades intelectuais. Vale a pena deixar aqui a síntese que sobre este assunto Hayek fez na sua última obra, *The Fatal Conceit*:

O homem não nasce sábio, racional e bom, mas tem que ser ensinado a tornar-se assim. Não foi o nosso intelecto que criou a nossa moral; antes foram as interações

humanas governadas pela nossa moral que tornaram possível o desenvolvimento da razão e daquelas capacidades associadas a ela. O homem tornou-se inteligente porque houve tradição – aquilo que está situado entre o instinto e a razão – para ele aprender. Tradição decorrente, não de uma capacidade racional para interpretar fatos observados, mas de hábitos de resposta. Ela falou ao homem primariamente sobre o que devia ou não devia fazer sob certas condições, mais do que ele devia esperar acontecer⁶⁹.

Síntese – sobre o papel que a razão, a natureza e a tradição assumem na evolução cultural e moral da ordem alargada – que Hayek termina com ironia:

Confesso que sempre sorrio quando livros sobre evolução, mesmo os escritos por grandes cientistas, terminam, como geralmente fazem, com exortações que, ainda que admitindo que tudo se tem até aqui desenvolvido de forma espontânea, apelam à razão humana - agora que as coisas se tornaram tão complexas – para segurar as rédeas e controlar o desenvolvimento futuro. Tal fantasia é encorajada pelo que, em outro lado, chamei 'racionalismo construtivista' que afeta muito o pensamento político, e que se tornou bastante explícito no título de um livro altamente bem-sucedido de um conhecido antropologista socialista, *Man Makes Himself*, um título que foi adotado por muitos socialistas como palavra de ordem⁷⁰.

⁶⁹ Idem. *Ibidem.*, p. 21-22.

⁷⁰ Idem. *Ibidem.*, p. 22. Hayek refere-se respectivamente às seguintes obras: CHILDE, V. Gordon. *Man Makes Himself*. New York: Oxford University Press, 1936. (Existe tradução portuguesa de Vitorino Magalhães Godinho e Jorge Borges de Macedo, publicada como: CHILDE, V. Gordon. *O homem faz-se a si próprio*. Ed. Cosmos, Lisboa, 1947); HEILBRONER, Robert. *Between Capitalism and Socialism: Essays in Political Economics*. New York: Random House, 1970. p. 106 (na tradução em língua portuguesa de Edmoud Jorge, ver: HEILBRONER, Robert. *Entre o capitalismo e o socialismo: Ensaios sobre economia política*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1971. p. 110).

Filosofia toda é uma só e imensa tradição – é desenvolvida em: ORTEGA Y GASSET, José. *Dos Prologos: a un tratado de manteria, a una historia de la filosofia*. Madrid: Revista de Occidente, 1944. p. 185ss.

⁶⁷ HAYEK. *Law, Legislation and Liberty*. Vol. I, p. 7.

⁶⁸ Idem. *The Fatal Conceit*. p. 21.

Talvez se possa dizer, por isso, que a falta de desenvolvimento de que se lamentam tantos países tidos como pouco desenvolvidos se explica mais pela ausência de normas de conduta justa do que pela insuficiência de planos de desenvolvimento. Mais pela ausência de bons hábitos e costumes, de sinais limpos e tradições abertas, do que por falta de ‘boas’ razões ou de intervenção do Estado⁷¹. Infelizmente, continuamos sem perceber quanto o “Big Government”, mais que “custos de contexto”, implica “custos de interação”: que são os que mais tolhem a vitalidade das tradições e dinâmica da empresarialidade-inovação. Um “conflito dialético” de que estranhamente os racionalistas não querem dar conta. Ficando assim impedidos de “ver” que o fato do desenvolvimento, mais que uma dádiva da na-

tureza ou resultado da vontade política ou da livre invenção dos homens, é fruto maduro de uns tantos bons hábitos civilizacionais que os racionalistas de todos os partidos e continentes insistem em desprezar e mesmo apagar. ∞

⁷¹ A este propósito Bahram Nowzao, em recensão do livro **The Fatal Conceit** no periódico **Finanças & Desenvolvimento** (V. 9, N. 4, p. 4-9) realça bem a luta que Hayek teve que travar contra o pensamento dominante favorável ao intervencionismo estatal: “*Os grandes debates intelectuais sobre economia lembram os cismas medievais, embora causem a morte de menos gente [?]. Após as contendas e batalhas dos anos 20 e 30, surgiram triunfantes as facções de planejamento pós-guerra com intervenção governamental; o governo poderia – e até deveria – intervir nos assuntos econômicos a fim de afetar recursos de modo mais racional, cuidar do bem-estar, manter baixo o desemprego, melhorar a distribuição dos rendimentos, etc. No caso dos países em desenvolvimento recém-independentes, considerava-se fora de discussão que coubesse ao Estado o papel principal (o que levou ao desperdício desenfreado e à corrupção)*”. O mesmo autor prossegue dizendo, e bem, que a mudança, para a qual Hayek muito contribuiu, começou há cerca de 20 anos quando se ampliou a distância entre as promessas de gestão estatal e a sua realidade”, mas não é muito claro se ele se dá conta de que de a ampliação dessa distância foi inicialmente travada pela vigência de bons hábitos e costumes (tais como: poupança, honestidade, disciplina, responsabilidade individual, assunção de riscos, cumprimento de promessas, etc.) e se acelerou à medida que estes valores morais foram sendo “minados” pelas mesmas razões “sociais” que justificaram o desenvolvimento de um Estado assistencial dependente do poder governamental. A crise deste “sistema” manifesta as contradições de um processo que por todo o lado levou a uma crescente divinização do Estado e estatização das Igrejas, e permitiu que durante longo tempo muitos pequenos “reacionários” se fizessem passar por grandes “progressistas”.